

DADOSJUSBR

Opacos e sem freios, ‘pagamentos retroativos’ de penduricalhos a juízes custaram R$ 3 bilhões em 2024

Maio/2025

De 2018 a abril de 2025, Judiciário distribuiu R$ 10,3 bilhões retroativamente para 79% dos magistrados. Resolução recente do CNJ é mais permissiva do que restritiva a essa prática.

TRANSPARÊNCIA BRASIL

dados Jus br

CC-BY

Este trabalho está sob a licença CC BY 4.0. Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

FICHA TÉCNICA

maio/2025

DIREÇÃO EXECUTIVA
Juliana Sakai

SUPERVISÃO E EDIÇÃO
Marina Atoji

PESQUISA E REDAÇÃO
Bianca Berti
Cristiano Pavini

COLETA, ANÁLISE E REVISÃO DE DADOS
Cristiano Pavini
Joellen Silva
Jessé Oliveira
Raul Durlo
Talita Lôbo

FINANCIAMENTO

Instituto Betty e Jacob Lafer

TRANSPARÊNCIA BRASIL

dados Jus br

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os membros do sistema de Justiça encontraram nos "**pagamentos retroativos**" um vantajoso e opaco mecanismo para turbinar ainda mais seus volumosos contracheques. De janeiro de 2018 a abril de 2025, o Judiciário distribuiu ao menos **R$ 10,3 bilhões** em benefícios que, segundo o entendimento dos próprios magistrados, deveriam ter sido usufruídos em exercícios anteriores.

Até o momento, o recorde de pagamentos em um único ano ocorreu **em 2024, com R$ 3 bilhões** registrados – mesmo valor pago nos dois anos anteriores, somados. Em 2025, apenas nos primeiros quatro meses, já foram pagos R$ 1,3 bilhão.

Entre os mais recentes penduricalhos com pagamentos retroativos identificados neste relatório estão a gratificação por exercício cumulativo nos tribunais estaduais (englobando de 2015 a 2020) e os adicionais de tempo de serviço (em alguns casos, desde 2006). Os tribunais ainda pagam até correções salariais da década de 1990, de forma escalonada e com juros.

Em 2024, sete em cada dez magistrados brasileiros receberam pagamentos retroativos. Destes, 1.657 receberam acima de R$ 500 mil apenas nesta rubrica, conforme análise do DadosJusBr, projeto da Transparência Brasil que obtém, padroniza e divulga contracheques do sistema de Justiça. **Em todo o período analisado, 2.679 juízes e desembargadores receberam mais de R$ 1 milhão cada.**

Esses pagamentos possuem **baixíssima transparência**. O Painel de Remuneração dos Magistrados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reúne contracheques de todos os membros do Judiciário, os disponibiliza sob a classificação "retroativos", sem detalhamento complementar. O mesmo ocorre nos portais de transparência da maioria dos tribunais.

A Transparência Brasil questionou os três tribunais de justiça estaduais com maior volume de pagamentos retroativos em 2024 (São Paulo, Minas Gerais e Paraná) sobre quais benefícios foram pagos e a identificação da decisão –

judicial ou administrativa – que embasou cada pagamento. O Tribunal de São Paulo respondeu que as informações constam em seu Portal de Transparência, mas a completude é apenas parcial. O órgão paranaense usou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) como pretexto para se negar a responder, e o tribunal de Minas Gerais justificou que não possuía as informações de forma sistematizada, o que o impossibilitava de fornecer os dados.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em resolução editada pelo presidente Luís Barroso em 20.maio.25, **determinou tardiamente que o pagamento retroativo de benefícios somente poderia ocorrer mediante decisão judicial transitada em julgado**, e não mais por decisões administrativas dos próprios tribunais – prática que até então tinha o aval do próprio Conselho.

Embora represente um avanço, a determinação do CNJ é válida apenas para **"novos direitos e vantagens"**, ou seja, **todo benefício que os tribunais entenderam ser devidos antes da resolução continuarão sendo pagos ou poderão ter o pagamento iniciado**. Isso manterá um passivo impossível de ser precisado – mas certamente bilionário – para o orçamento do Judiciário nos próximos anos.

O Ministério Público também se aproveita do artifício dos pagamentos retroativos mas, devido à maior opacidade nos seus contracheques, não foi possível estimar o montante recebido por promotores e procuradores. Ao contrário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) não disponibiliza uma plataforma centralizada para consulta de salários de seus membros, e ainda atua para restringir o acesso da sociedade aos vencimentos.

O combate aos supersalários no sistema de Justiça envolve, obrigatoriamente, a transparência, controle e moralização dos benefícios pagos retroativamente. O Projeto de Lei 2.721/21, aprovado pela Câmara e tramitando no Senado, é omisso ao não estabelecer regras para essa prática. O PL tem, inclusive, potencial para agravar o problema, consolidando esses pagamentos como indenizatórios, livrando-os definitivamente da incidência de imposto de renda e do respeito ao teto constitucional.

ÍNDICE

1. Introdução e metodologia..... 4
2. Pagamentos bilionários..... 5
3. Pagamentos opacos.....10
4. Resolução CNJ.....13
5. Recomendações..... 15
Anexo 1 17

1. Introdução e metodologia

O pagamento retroativo se tornou uma das principais estratégias para turbinar salários dos membros do sistema de Justiça. Com decisões majoritariamente administrativas, órgãos do Judiciário e do Ministério Público maximizam seus contracheques com benefícios que alegam ser devidos de exercícios anteriores – em alguns casos, retroativos a décadas.

Esses pagamentos são realizados de modo equiparável a uma indenização, mesmo quando se referem a verbas de natureza remuneratória na origem. Com isso, ao recebê-los, magistrados, promotores e procuradores não sofrem limitações do teto constitucional em seus contracheques.

Apenas o Judiciário foi considerado neste levantamento, que utiliza dados do Painel de Remuneração dos Magistrados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apesar de a plataforma apresentar problemas de qualidade e completude, ainda assim trata-se de uma exemplar iniciativa de centralização e divulgação dos contracheques dos magistrados. Já o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por sua vez, não centraliza as informações salariais de seus membros, e ainda atua para favorecer a opacidade.[1]

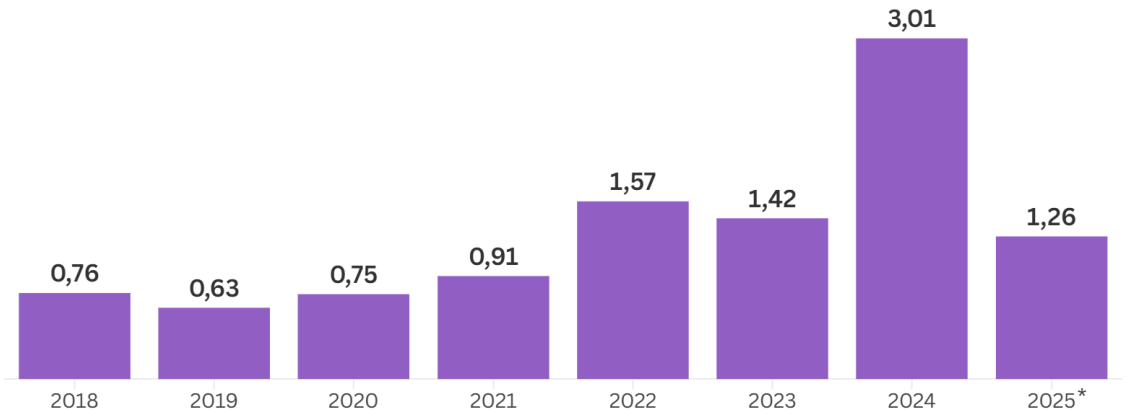
O levantamento considera os valores cadastrados pelos tribunais no campo “Pagamentos retroativos” do Painel de Remuneração do CNJ. Os dados foram obtidos mensalmente pelo DadosJusBr, projeto da Transparência Brasil que coleta, padroniza e divulga os contracheques do sistema de Justiça.

[1] Transparência Brasil. CNMP reduz transparência das remunerações de promotores e procuradores e impõe grave retrocesso ao controle social

2. Pagamentos bilionários

De janeiro de 2018 a abril de 2025, o Judiciário distribuiu ao menos R$ 10,3 bilhões relativos a benefícios retroativos, segundo dados do CNJ. O recorde foi em 2024, com R$ 3 bilhões registrados, o equivalente à somatória dos dois anos anteriores.

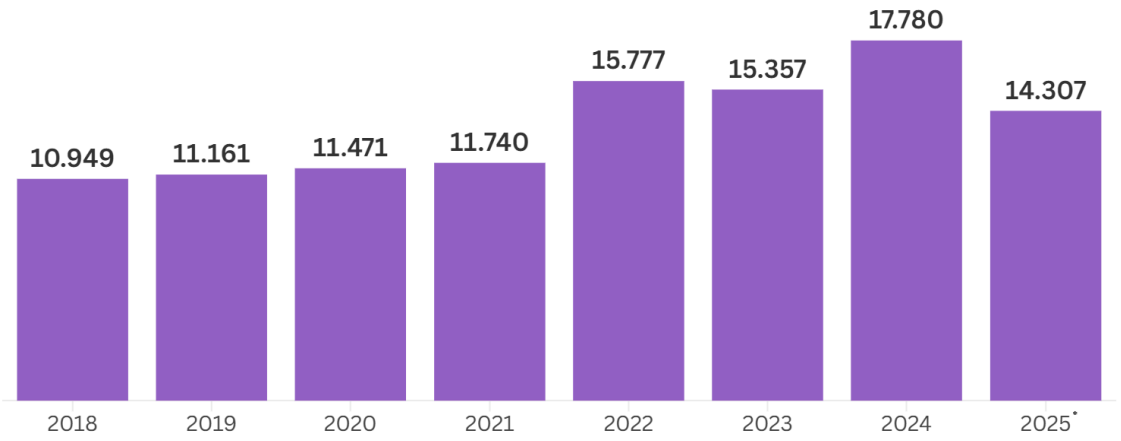
Gráfico 1 - Valores de pagamentos retroativos em cada ano, sem correção inflacionária (em bilhões de reais)



Fonte: CNJ, dados coletados e analisados por DadosJusBr (Transparência Brasil) • *de janeiro a abril

Em 2024, o Painel de Remuneração do CNJ registrou 26,2 mil magistrados na folha de pagamento, tanto em exercício quanto aposentados. Destes, 17,8 mil (68%) receberam valores relativos a pagamentos retroativos.

Gráfico 2 - Número de magistrados que receberam pagamentos retroativos em cada ano



Fonte: CNJ, dados coletados e analisados por DadosJusBr (Transparência Brasil) • *de janeiro a abril

Tabela 1 - Somatória de pagamentos retroativos por cada órgão do Judiciário entre janeiro de 2018 e abril de 2025. O anexo 1 detalha os pagamentos anuais de cada tribunal. Valores em milhões de reais, sem correção inflacionária

	Valor pago (2018-2025)
TJ-SP	2.457,7
TJ-MG	2.246,7
TJ-PR	1.210,1
TJ-RS	646,0
TJ-SC	501,5
TJ-MS	358,5
TJ-PE	292,9
TRT-2	210,6
TJ-RJ	203,3
TJ-PA	163,4
TRT-3	146,3
TRT-15	143,3
TJ-ES	140,6

	Valor pago (2018-2025)
TRF-4	118,5
TRT-4	114,2
TRT-6	97,7
TRF-3	78,2
TJ-RO	75,1
TRF-2	74,3
TRF-1	67,3
TJ-AM	66,2
TJ-AL	57,8
TRT-12	57,4
TJ-TO	55,6
TRF-5	54,4
TJ-RN	50,9
TJ-MT	50,5
TJ-AC	47,3
TJM-MG	46,7
TRT-11	44,2
TRT-5	37,2
TRT-1	32,3
TRT-9	30,3
TJ-CE	24,3
TJ-AP	23,9
TJ-DFT	23,8
TRT-13	22,0

	Valor pago (2018-2025)
TRT-18	21,3
TRT-10	19,5
TRT-23	19,5
TRT-21	18,1
TRF-6	17,4
TRT-17	16,9
TRT-24	15,9
TRT-8	14,9
TRT-7	13,4
TST	11,8
TJM-RS	10,8
TRT-20	9,6
TRT-14	8,4
TRT-16	7,4
STJ	6,8
TJ-PI	6,7
TRT-22	6,5
TJ-BA	5,1
TJ-GO	4,4
TJM-SP	4,2
STM	3,8
TJ-PB	1,1
TJ-RR	0,5
TRE-ES	0,2

.

Fonte: dados do CNJ analisados pela Transparência Brasil
Os seguintes órgãos tiveram lançamentos de retroativos, mas abaixo de R$ 100 mil na somatória de 2018 a 2025 e não foram relacionados na tabela: TJ-SE, TRE-RS, TRE-RO, TRE-MA, TRT-19, TJ-MA, TRE-PB, TRE-SP, TRE-RR, TRE-MG, TRE-SE, TSE.

Em todo o período analisado (jan.2018 a abr.2025), oito em cada dez magistrados presentes no Painel de Remuneração do CNJ, incluindo aposentados, receberam pagamentos retroativos. Destes, 2.679 (9%) foram agraciados com valores que superaram R$ 1 milhão. O maior montante foi pago a um desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que recebeu R$ 4,5 milhões, a maior somatória nesses oito anos. Outros 35 magistrados brasileiros receberam mais de R$ 4 milhões cada um.

Tabela 2 - Quantidade de membros, em cada faixa de valores retroativos recebidos, referente ao período de jan.2018 a abr.2025

Valores retroativos recebidos	Membros	Percentual de membros
Acima de R$ 2 milhões	559	2%
Entre R$ 1 milhão e R$ 2 milhões	2.120	7%
Entre R$ 500 mil e R$ 1 milhão	5.137	17%
Entre R$ 100 mil e R$ 499 mil	7.087	23%
Entre R$ 10 mil e R$ 99 mil	6.170	20%
Até R$ 10 mil	3.291	11%
Valores negativos	176	1%
Não receberam	6.557	21%

Fonte: dados do CNJ analisados pela Transparência Brasil

O campeão em 2024 foi um magistrado da Justiça Militar de Minas Gerais, que recebeu R$ 1,2 milhão.

Tabela 3 - Quantidade de membros, em cada faixa de valores retroativos recebidos, referente ao ano de 2024

Valores retroativos recebidos	Membros	Percentual de membros
Acima de R$ 1 milhão	12	0,05%
Entre R$ 500 mil e R$ 1 milhão	1.645	6%
Entre R$ 100 mil e R$ 499 mil	7.380	28%
Entre R$ 10 mil e R$ 99 mil	5.115	20%
Até R$ 10 mil	3.499	13%
Valores negativos	129	0,5%
Não receberam	176	32%

Fonte: dados do CNJ analisados pela Transparência Brasil

Dos 60 órgãos que pagaram valores retroativos em 2024, **24 tiveram medianas anuais acima de R$ 100 mil para cada membro**. Os cinco maiores valores medianos recebidos por cada magistrado foram registrados no TJM-MG (R$ 1.041.507,73), TJ-MS (R$ 538.584,66), TJ-MG (R$ 518.000,00), TJ-AC (R$ 414.497,65) e TST (R$ 362.725,51).

3. Pagamentos opacos

Tanto nos portais de transparência da maioria dos tribunais quanto no Painel de Remuneração do CNJ os pagamentos de benefícios relativos a exercícios anteriores são agregados como uma única rubrica, no campo "pagamentos retroativos", sem um descritivo que permita identificar a que se refere cada lançamento e quais as decisões que embasaram o pagamento – administrativas ou judiciais.

Por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011), a Transparência Brasil requisitou informações aos três órgãos com maior volume de pagamentos retroativos em 2024 (tribunais estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Paraná) sobre os seguintes pontos:

- A quais benefícios se referem os pagamentos retroativos de 2024?
- Identificação dos números de processos administrativos e judiciais que embasaram esses pagamentos, incluindo as autorizações do CNJ.
- Valor correspondente, em 2024, a retroativos relacionados à licença-compensatória e gratificação por exercício cumulativo.

O **TJ-SP** apenas informou que os dados constavam no Portal de Transparência. O tribunal de fato é uma exceção à regra, pois identifica, na divulgação dos contracheques, quais benefícios compõem os pagamentos retroativos de cada membro em um determinado mês. A partir disso, é possível localizar, em outra seção do site, as legislações, entendimentos administrativos ou decisões judiciais que embasaram os valores. Entretanto, o órgão não divulga os valores individualizados relativos a cada um dos benefícios agregados sob os pagamentos retroativos, não sendo possível aferir o impacto de cada um deles nos contracheques e no orçamento da instituição.

O **TJ-PR** apenas informou que "*os valores registrados como pagamentos retroativos referem-se a direitos remuneratórios reconhecidos administrativa e/ou judicialmente, de acordo com a Constituição, a legislação em vigor e os atos normativos dos órgãos de controle*" e que são pagos "*com estrita observância aos princípios da legalidade, da transparência e da responsabilidade na gestão de recursos públicos*".

O órgão paranaense alegou que as informações constavam no Portal de Transparência, mas não foi possível localizá-las. O portal sequer permite identificar o montante pago como retroativos, já que os pagamentos estão agregados na classificação de "direitos eventuais" junto a outros lançamentos.

Em resposta ao recurso interposto pela Transparência Brasil, o TJ-PR alegou que "*a divulgação das informações solicitadas pode envolver dados pessoais de terceiros, o que exige uma base legal adequada ou o consentimento dos titulares dos dados. Conforme o artigo 23 da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), o tratamento de dados pessoais pelo poder público deve ser realizado para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres. No entanto, a divulgação de dados pessoais sem a devida justificativa legal ou consentimento pode violar os direitos dos titulares*".

A alegação do TJ-PR é mais um caso de uso da LGPD de forma irresponsável, como mero pretexto para dificultar o exercício do controle social sobre os vencimentos. O art. 23 da legislação citado na resposta é justamente o que valida – e determina – o fornecimento das informações, e não o contrário.

O texto estabelece que o tratamento de dados pessoais (o que inclui a divulgação) pelo poder público "deverá ser realizado (...) na persecução do interesse público, com o objetivo de (...) cumprir as atribuições legais do serviço público". Existe uma evidente obrigação legal dos tribunais de divulgar as informações detalhadas dos contracheques de juízes e magistrados (Resolução nº 215/2015 do CNJ, art. 6º, VII d).

Ao fornecer tal resposta, o TJ-PR ignora também a jurisprudência[2] que garante que as parcelas que compõem a remuneração de servidores públicos devem ser publicizadas.

O **TJ-MG**, por sua vez, alegou "*não dispor dos dados solicitados de forma sistematizada, não havendo possibilidade de prestar as informações nos termos*

[2]Como no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 652777, em que o STF decidiu, por unanimidade, em tema de repercussão geral, que é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, do nome de servidores e dos valores dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

solicitados", o que indica a irracionalidade na gestão dos contracheques e aparente ausência de controle sobre esses pagamentos. O Portal de Transparência do órgão não informa os valores pagos especificamente a título de retroativos – tampouco com a identificação de cada parcela –, agregando-os indistintamente no campo de "diferenças eventuais".

4. Resolução insuficiente do CNJ

Em 20.maio.2025, o CNJ editou a Resolução nº 621/2025, específica sobre os pagamentos retroativos. O ato justifica ser embasado pela necessidade de "***doravante**, incrementar o controle sobre o reconhecimento e pagamento de direitos e vantagens com efeito retroativo ainda não reconhecidos administrativamente **antes da data da entrada em vigor** desta Resolução*", e traz apenas três artigos:

> Art. 1º Os órgãos do Poder Judiciário somente poderão reconhecer e pagar **novos** direitos e vantagens com efeito retroativo por força de decisão judicial transitada em julgado, proferida em ação de natureza coletiva ou em precedente qualificado dos Tribunais Superiores.
>
> Art. 2º Em qualquer caso, aplica-se o disposto no art. 57 do Provimento nº 165/2024, da Corregedoria Nacional de Justiça.
>
> Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação (*grifo nosso).*

A resolução representa uma inflexão na postura do CNJ, até então permissiva ao pagamento de retroativos apenas por decisões administrativas. Um mês antes, o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, havia avalizado o pagamento da licença-compensatória retroativa para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e para o Tribunal de Justiça do Maranhão[3], que instituíram o pagamento retroativo até 2015 por meio de resoluções internas.

Antes, o CNJ já havia autorizado a mesma medida para outros tribunais, como o Tribunal de Justiça de Goiás. Na ocasião, a Corregedoria entendeu ser "*correta a decisão administrativa exarada pela Presidência do TJGO que reconheceu "o direito à gratificação por acervo processual aos magistrados goianos, a partir de 13 de janeiro de 2015, data da vigência das Leis Federais nº 13.093/2015 e 13.095/2015, no percentual de 1/3 de seus subsídios, de natureza indenizatória, até 20 de dezembro de 2018, data da vigência da Lei Estadual nº 20.382/2018"*, e afirmou ser "*imperioso concluir que o pagamento extemporâneo da verba possui caráter*

[3] Pedido de providências nº 0000454-33.2025.2.00.0000

indenizatório, porquanto, neste momento, importa apenas em recompor o patrimônio dos magistrados lesados".

Desta forma, embora a gratificação por exercício cumulativo fosse um benefício remuneratório na origem, e por isso expressamente atinente ao teto constitucional, o CNJ entendeu que o seu pagamento retroativo seria de natureza indenizatória, sem efeitos do abatimento pelo teto e, potencialmente, também sem recolhimento do imposto de renda.

Semanas após essas liberações, o corregedor Mauro Campbell assinou com o ministro Luís Barroso a Resolução CNJ nº 621/2025, estabelecendo freios para pagamentos unicamente embasados na via administrativa. **Embora represente um avanço, a norma apenas restringe decisões futuras, permitindo que todos os atos administrativos dos tribunais realizados antes da publicação da Resolução continuem válidos, mesmo que os pagamentos não tenham sequer iniciado.**

Dessa forma, todas as decisões administrativas já tomadas continuarão impactando o orçamento do Judiciário. Muitas delas terão efeitos apenas nos próximos anos, quando os tribunais locais provisionarem orçamento para pagar retroativamente os benefícios já autorizados – em detrimento do uso de recursos para ações que resultem em mais eficiência e igualdade no acesso à Justiça.

Caso optasse pela vedação, ao menos, dos pagamentos não iniciados que foram amparados apenas em decisões administrativas, e decidisse por analisar caso a caso a continuidade dos pagamentos já em andamento, o CNJ teria promovido a efetiva moralidade e racionalidade nesses gastos. **A Resolução editada, entretanto, optou por ser mais permissiva do que restritiva.**

5. Recomendações

Pelo exposto, a Transparência Brasil recomenda:

- Que o **CNJ** revise a Resolução nº 621/2025 para determinar o controle e a moralidade nos pagamentos retroativos concedidos via decisões administrativas já editadas, e que adote medidas para imprimir maior transparência a esses pagamentos nos Portais de Transparência dos tribunais e no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ;

- Que o **Congresso Nacional** não aprove o PL 2.721/21 em sua redação atual, pois a proposta não cria controles efetivos sobre os pagamentos retroativos e tem o potencial de consolidá-los como indenizatórios, sem qualquer limitação pelo teto constitucional e incidência de imposto de renda. Recomendamos, ainda, que os parlamentares levem esses pontos como prioritários e indispensáveis ao elaborarem um projeto que seja efetivo no controle aos supersalários;

- Que a **Receita Federal** analise o comportamento dos pagamentos retroativos amparados unicamente em decisão judicial, para verificar se é devido ou cabível o recolhimento de imposto de renda sobre os mesmos, em especial aqueles que versam sobre benefícios de natureza remuneratória.

Anexo 1

Relação anual de pagamentos retroativos, relativos apenas aos órgãos com mais de R$ 10 milhões pagos desde 2018. Os dados de 2025 são restritos de janeiro a abril. A ausência ou subnotificação de pagamentos de um órgão em um determinado pode estar relacionada à incompletude dos dados no Painel de Remuneração do CNJ.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
TJ-SP	171,5	237,8	100,4	263,5	360	245,1	682,2	397,3	2457,7
TJ-MG	175,3	95,8	279,2	351,5	296,6	332,5	556,9	158,8	2246,7
TJ-PR	69,3	71,4	75,4	17,0	27,6	278,6	453,6	217,2	1210,1
TJ-RS	83,2				113,2	133,0	206,0	110,5	646,0
TJ-SC	1,6	6,3	6,2	62,2	25,7	81,3	209,7	108,5	501,5
TJ-MS	19,4		35,7	29,2	68,0	65,3	114,2	26,7	358,5
TJ-PE	1,9	2,4	0,4	1,9	34,8	34,6	117,0	99,8	292,9
TRT-2	14,4	22,3	19,4	2,3	81,9	10,7	58,4	1,2	210,6
TJ-RJ	25,3	51,6	48,8	34,0	23,1	11,9	7,0	1,5	203,3
TJ-PA	0,3	0,9	0,6	1,2	2,0	33,7	79,8	45,0	163,4
TRT-3	15,1	16,5	2,4	1,1	85,0	15,3	7,4	3,5	146,3

TRT-15	13,4	15,7	-6,4	4,7	77,9	23,2	14,6	0,2	143,3
TJ-ES	16,0	6,3	1,1	9,8	6,8	36,4	55,4	8,8	140,6
TRF-4	0,2	0,1	32,1	14,7	30,9	2,3	30,4	7,9	118,5
TRT-4	13,4	4,6	-3,6	1,0	62,5	14,6	20,7	1,1	114,2
TRT-6	11,1	3,6	0,2	0,2	37,7	5,4	31,9	7,7	97,7
TRF-3	0,4	0,7	32,9	11,6	0,4	2,8	19,1	10,2	78,2
TJ-RO	0,3	0,1	0,1	0,1	14,7	12,7	46,9	0,0	75,1
TRF-2	0,6	0,1	20,9	1,0	33,6	0,7	14,4	3,1	74,3
TRF-1	0,0	0,0	33,5	11,7	0,7	0,7	14,0	6,7	67,3
TJ-AM	13,3	12,8	11,2	22,2	5,2	0,4	0,9	0,3	66,2
TJ-AL	9,4	10,1	1,1	8,7	9,1	10,0	9,3		57,8
TRT-12	7,4	10,8	0,3	0,4	1,7	5,4	26,6	4,6	57,4
TJ-TO	14,4	11,6	9,1	9,1			11,4		55,6
TRF-5	0,4	0,8	14,2	5,3	23,5	2,4	7,6		54,4
TJ-RN	1,5	1,7	2,2	3,9	1,7	2,4	29,2	8,2	50,9
TJ-MT			19,1	20,0	3,6	3,0	4,6	0,2	50,5

TJ-AC	11,0	2,5			5,2	6,1	22,5		47,3
TJM-MG	1,9	1,6	3,0	3,3	2,5	9,0	18,9	6,6	46,7
TRT-11	3,8	4,2	0,1	1,1	30,2	3,8	0,9	0,2	44,2
TRT-5	-0,4	0,1	0,6	0,1	11,1	3,5	12,3	10,0	37,2
TRT-1	9,1	2,6		0,0	17,4	0,1	2,7	0,3	32,3
TRT-9	7,5	6,4	1,2	0,8	1,3	7,2	5,8	0,1	30,3
TJ-CE	5,2	5,0	5,2	4,1	2,8	1,7	0,3		24,3
TJ-AP	3,5	2,5	2,3	2,5	2,7	2,7	5,8	1,9	23,9
TJ-DFT	0,2	0,2	0,0	0,6	0,4	0,8	13,0	8,6	23,8
TRT-13	3,5	1,9		0,1	0,0	2,2	11,7	2,6	22,0
TRT-18	3,0	0,2	0,0	0,0	17,8	0,3			21,3
TRT-10	3,2	4,9	0,2	1,3	6,1	2,0	1,7	0,1	19,5
TRT-23	0,4	0,1	0,0	0,0	0,1	1,4	16,4	1,1	19,5
TRT-21	3,4	1,8	0,1	0,2	12,5	0,0			18,1
TRF-6					11,2	1,2	5,0	0,0	17,4
TRT-17	1,5	1,8	0,1	0,5	1,1	1,3	10,5		16,9

TRT-24	2,3	0,3	0,4	0,5	1,1	4,1	7,1		15,9
TRT-8	7,3	0,6	0,2	0,1	0,5	3,8	2,4		14,9
TRT-7	5,9	0,2		0,0	0,1	0,0	7,2	0,0	13,4
TST	1,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,0	10,1	0,0	11,8
TJM-RS		0,1		0,1	3,2	1,3	3,9	2,2	10,8

Fonte: dados do CNJ analisados pela Transparência Brasil

Apresentaram pagamentos, mas em quantidade inferior a R$ 10 milhões em todo o período: TRT-20, TRT-14, TRT-16, STJ, TJ-PI, TRT-22, TJ-BA, TJ-GO, TJM-SP, STM, TJ-PB, TJ-RR, TRE-ES, CNJ, TRE-PR, TJ-SE, TRE-RS, TRE-RO, TRE-MA, TRT-19, TJ-MA, TRE-PB, TRE-SP, TRE-RR, TRE-MG, TRE-SE, TSE.





R. Prof. João Marinho, 161, São Paulo - SP, 04007-010.
+55 (11) 95050-4257
E-mail: contato@transparencia.org.br
Imprensa: imprensa@transparencia.org.br

© 2025 - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À TRANSPARÊNCIA BRASIL